

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.869.367 - SC (2020/0076081-5)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
RECORRIDO : CARLOS TOSIN  
ADVOGADOS : VINICIUS MATANA PACHECO - SC033389  
JONATAS MATANA PACHECO - SC030767A

**DECISÃO**

*PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PARA ADEQUAÇÃO AOS TETOS INSTITUÍDOS PELAS EC'S 20/1998 E 41/2003. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. ALEGAÇÃO DE DECADÊNCIA E EQUÍVOCO NO CRITÉRIO DE CÁLCULO. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO NA COISA JULGADA. ARGUMENTO NÃO COMBATIDO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea *a* do art. 105, III, da Constituição Federal, interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4a. Região, assim ementado:

*PREVIDENCIÁRIO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. TETOS. CRITÉRIOS DE CÁLCULO. DISPOSIÇÕES DA SENTENÇA EM EXECUÇÃO. COISA JULGADA.*

*Em sede de cumprimento/execução de sentença os cálculos de liquidação devem atentar fielmente às disposições do julgado em execução.*

*Caso em que a incidência dos Tetos instituídos pelas ECs nº 20/1998 e 41/2003 devem ser aplicados de acordo com os parâmetros fixados na sentença, ainda que o Tribunal tenha entendimento diferenciado com relação à matéria.*

2. Nas razões do seu Apelo Especial, a Autarquia defende violação dos arts. 40 do Decreto 82.080/1979, 21, 23 e 25 do Decreto 89.312/1984, 1.022 do Código Fux, aos seguintes argumentos: (a) não obstante o benefício do segurado ter sido calculado de acordo com as normas vigentes antes da Constituição, ou seja, para fins de aplicação do teto, a Corte Regional reconheceu a possibilidade da readequação do benefício aos tetos estabelecidos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003; (b) o direito em que se funda a ação já está decaído.

3. É o relatório.

4. Em suas razões recursais, o INSS sustenta que o cálculo do benefício contraria a legislação vigente à época quando assevera que o percentual referente ao cálculo da renda deve ser aplicado sobre todo o valor do salário-de-benefício após incidência do teto, com eliminação do maior e do menor valor-teto, que determinavam a renda desses benefícios. Ao mesmo tempo em que afirma não se aplicar decadência à hipótese por não se tratar de critério de cálculo.

5. Quanto à preliminar de decadência, esta Corte firmou a orientação de que a decadência, prevista no art. 103, *caput* da Lei 8.213/1991, aplica-se somente ao ato de concessão ou indeferimento de benefício previdenciário.

6. Assim, em consonância com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 564.354, em regime de Repercussão Geral, assentou-se a orientação de que não incide o prazo decadencial nas ações que visam, não à revisão da renda mensal inicial, mas sim à adequação do valor do benefício aos novos tetos estabelecidos posteriormente pelas Emendas 20/1998 e 41/2003.

7. Na espécie, trata-se de causa superveniente à concessão do benefício. Não se busca corrigir o ato de concessão, e sim os efeitos da legislação superveniente. Nesse sentido, os seguintes julgados:

*PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APLICAÇÃO IMEDIATA DOS TETOS PREVISTOS NAS ECS 20/98 E 41/2003. NORMAS SUPERVENIENTES. PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NO ART. 103 DA LEI 8.213/91. NÃO INCIDÊNCIA.*

1. *Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.*

2. *A teor do entendimento consignado pelo STF e no STJ, em se tratando de direito oriundo de legislação superveniente ao ato de concessão de aposentadoria, não há falar em decadência.*

3. *No caso, a aplicação dos novos tetos surgiu somente com as EC's 20/98 e 41/03, motivo pelo qual se revela de rigor o afastamento da decadência.*

4. *Recurso especial a que se nega provimento (REsp. 1.420.036/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 14.5.2015).*

2 2 2

*PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. DECADÊNCIA AFASTADA.*

1. *Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.*

2. *O prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 aplica-se somente aos casos em que o segurado busca a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário.*

3. *A pretendida extensão do disposto no mencionado dispositivo legal ao caso dos autos - revisão da renda mensal no intuito de que sejam observados os novos valores do teto definido nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, ou seja, reajustamento da renda mensal inicial - é inadequada, porquanto o autor requer aplicação de normas supervenientes à data da concessão do benefício.*

4. *A Instrução Normativa INSS/PRES 45, de 6 de agosto de 2010, corrobora tal entendimento: "art. 436. Não se aplicam às revisões de reajustamento e às estabelecidas em dispositivo legal, os prazos de decadência de que tratam os arts. 103 e 103-A da Lei 8.213, de 1991".*

5. *Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 564.354/SE, submetido à sistemática da repercussão geral, nos termos art. 543-B, § 3º, do CPC, afirmou que "não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo*

*teto constitucional"*

6. *Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido* (REsp. 1.506.092/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 20.3.2015).

8. No mais, o acórdão recorrido se limita a afirmar que os cálculos efetuados seguem, estritamente, o que fora fixado na ação de conhecimento, assim consignando:

*Cumpre ressaltar que, por ocasião da fase de conhecimento, já foi reconhecido o direito à revisão, de modo que eventual rediscussão sobre essa questão implicaria evidente afronta à coisa julgada. Além disso, a matéria não se enquadra naquelas passíveis de apreciação pela via da impugnação ao cumprimento da sentença (art. 535, CPC). De mais a mais, o próprio STF, em julgamento recente, assentou que não há limites temporais relacionados com a data do benefício para aplicação da revisão pelos tetos (RE 959061 AgR, Relator Min. Edson Fachin, Primeira Turma, julgado em 30/09/2016) (fls. 50).*

9. Verifica-se, assim, que a fundamentação trazida pelo INSS em Recurso Especial não ataca o fundamento do acórdão, não tecendo qualquer consideração sobre coisa julgada. Aplica-se à hipótese, assim, a Súmula 283/STF.

10. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial do INSS.

11. Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do Código FUX e no Enunciado Administrativo 7/STJ, impõe-se a majoração dos honorários advocatícios em 3% sobre o valor da condenação, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2o. e 3o. do art. 85 do Código Fux.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR